

Mesa-redonda: Gênero, Desigualdades, Educação e Justiça: Desafios Para Políticas No Brasil Contemporâneo (ABA)

Quarta-feira, 19/7/2017 - das 15h30 às 18h00

Coordenador: Lia Zanotta Machado (UnB)

Palestrantes: Rozeli Maria Porto (UFRN) e Regina Facchini (UNICAMP)

Gênero, sexualidade, direitos e conservadorismo: notas a partir do processo de aprovação legislativa dos Planos de Educação (Brasil, 2013-15)

Regina Facchini (Unicamp; ABA)

Há algumas décadas temos acompanhado transformações sociais importantes no que refere a gênero e sexualidade no Brasil e em toda a América Latina. Atualmente, gênero e sexualidade são não apenas identificados como dimensões centrais da vida social, como também têm galvanizado parte importante do debate político. A multiplicação e a renovada visibilidade de sujeitos políticos, suas lutas por reconhecimento como sujeitos de direitos e a oposição por parte de setores conservadores têm posicionado tais questões no centro de uma intrincada arena de disputas.

O olhar para os desafios políticos e intelectuais colocados pela articulação entre direitos, justiça, moralidades, conservadorismo, violência e as ações e contrarreações de movimentos sociais no atual contexto têm mobilizado as atenções da comunidade científica delimitada pela Antropologia no campo dos estudos de gênero e sexualidade nos últimos anos. Esta apresentação procura focalizar um dos recortes empíricos que têm mobilizado a atenção pública, a reflexão de antropólogos e de ativistas e de pesquisadores da educação, feministas e por direitos sexuais: o conjunto de episódios que levou à retirada das categorias gênero, diversidade sexual e identidade de gênero de boa parte dos planos de educação em âmbito nacional, estadual e municipal entre os anos de 2013 e 2015 no país.

O material empírico mobilizado inclui falas públicas no debate parlamentar no Congresso Nacional, material de divulgação e oriundo do debate público em meios de comunicação de massa. A análise procura contextualizar o processo observado no interior da crise política e da mobilização de temáticas relacionadas a gênero e a sexualidade como forma de desgastar a imagem pública ou angariar simpatia para partidos e grupos políticos em disputa.

Embora o conservadorismo não seja um fenômeno novo na sociedade brasileira e nem mesmo no campo da Educação, o atual embate conservador contra as conquistas e a visibilidade de movimentos de minorias parece constituir hoje um dos principais obstáculos para a garantia dos direitos fundamentais de uma série de sujeitos. O foco na moral sexual da agenda conservadora tem tomado como alvo especialmente os direitos relacionados à equidade de gênero e à diversidade sexual e de gênero. Por um lado, em decorrência da crescente pluralidade religiosa do Brasil, e de uma diversidade de visões e interpretações acerca da laicidade do Estado, atores cristãos têm conseguido uma expressiva representação pública. Marcando uma virada a respeito das formas clássicas de influência da Igreja Católica, lideranças do campo evangélico pentecostal têm se lançado massivamente à política e disputando cargos eletivos, principalmente como legisladores, predominantemente a partir de partidos de centro-direita. Organizados como bancada no Congresso Nacional, na sua atuação pública, parte importante desses parlamentares evoca uma visão idealizada de unidade do “povo de Deus” como suposta maioria nacional para agitar ansiedades morais com relatos apocalípticos nos quais os direitos e políticas para as mulheres e LGBT, além de cercear a liberdade religiosa, ameaçariam a integridade moral das crianças e da família brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, aprovada em 1996 determinou que a União elaborasse planos decenais de educação, em parceria com Estados e Municípios. O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) vigorou entre 2001 e 2010. Em 2008 aconteceu a Conferência Nacional de Educação Básica e, em 2010, a Conferência Nacional de Educação, que foram as bases para a construção do novo PNE.

A tramitação do PNE, então Projeto de Lei 8035/2010, foi muito tortuosa. A primeira versão, do governo federal, falava em "difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação". Entretanto, houve 2916 emendas ao texto original e quase 500 ao relatório do deputado Angelo Vanhoni, na Câmara Federal¹. Muitas dessas emendas trouxeram menções explícitas às questões de orientação sexual, igualdade de gênero e diversidade sexual. O relatório Vanhoni, aprovado na Comissão Especial, em dezembro de 2011, trazia a seguinte redação da diretriz que abarcava as questões da diversidade: "promoção dos princípios do respeito

¹ BRASIL 2014. Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Atualizada em 1/12/2014. Centro de Documentação e Informação. Coordenação Edições Câmara. Brasília. 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em 18 de julho 2016.

aos direitos humanos, à diversidade, e à sustentabilidade socioambiental”. Mas a redação final do projeto de lei do PNE que saiu da Câmara em dezembro de 2012 e foi ao Senado, trazia a seguinte redação para a mesma diretriz: "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”.

Essa última formulação, incluindo de forma explícita a questão de gênero e de orientação sexual, provavelmente fruto da incidência política realizada pelos movimentos feminista e LGBT naquela casa legislativa, suscitou uma articulada reação de senadores vinculados a setores religiosos, que conseguiu alterar o texto do projeto de lei tanto no Senado, quanto na sua volta à Câmara quando da aprovação da redação final. No texto definitivo, o tema aparece assim: "promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental"² - ou seja, sem os termos orientação sexual, igualdade racial e de gênero.

Portanto, foi a partir de 2013 que se iniciaram as movimentações mais concretas com o objetivo de influir nos marcos legais da educação brasileira, especificamente no que se refere à presença dos temas gênero e diversidade sexual no Plano Nacional, e posteriormente nos Planos Estaduais e Municipais. As propostas dos movimentos feministas e LGBT centradas na diretriz da promoção da igualdade e da afirmação da diversidade foram convertidas, no processo de debate, em algo relacionado a uma categoria até então não mobilizada no cenário público brasileiro, a "ideologia de gênero", que seria uma verdadeira ameaça à família, citada geralmente no singular, e eventualmente acompanhada por categorias como “tradicional” ou “natural”.

Após a obtenção de relativo sucesso ao mudar o texto do Plano Nacional de Educação, retirando qualquer menção ao termo “gênero” e “orientação sexual”, tem início uma nova mobilização, que repete a mesma estratégia, agora no âmbito das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Deputados estaduais e vereadores, religiosos ou não, e de diversos partidos, articularam-se em todo o Brasil, constituindo uma coalizão, integrada ainda por padres, pastores, autoridades religiosas, mas também por atores que são apresentados como pesquisadores ou estudiosos. Uma ação extremamente articulada e eficiente, pois exitosa, de incidência política. Manejando uma base argumentativa comum, tais atores conseguiram conformar uma maioria sólida em quase todas as casas

2

Conforme <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>, acesso em 20 de setembro de 2016.

legislativas estaduais e municipais, bloqueando não só as propostas de discussão sobre diversidade sexual nas escolas, como também extirpando o termo “gênero” dos textos da maior parte dos planos municipais e estaduais de Educação no país.

Importante registrar que o termo “ideologia de gênero” é uma expressão cunhada fora dos meios governamentais ou acadêmicos e difundida pelo ativismo religioso, especialmente o católico, nos últimos anos. Não se trata, portanto, de um termo que conste dos marcos legais brasileiros, ou mesmo do repertório dos movimentos LGBT e feministas, da literatura das ciências humanas e sociais ou dos estudos de gênero e feministas.

O foco analítico na análise do material empírico recai sobre: 1) o que esse conjunto de episódios nos revela acerca da atuação articulada de setores conservadores na sociedade brasileira contemporânea; 2) como tal atuação se relaciona com o que a literatura internacional tem indicado acerca da mobilização da categoria “ideologia de gênero” e do que tem sido chamado de “cidadania religiosa” e de “secularismo estratégico”; e 3) o que indica em termos de processos de mudança mais amplos nos modos de regulação sexual.